Crterios de quantificao do dano moral eletrnico: uma nova tica luz do marco civil da internet

Criteria for quantifying electronic moral damage: a new perspective in the light of the civil framework of the internet

Malcon Jackson Cummings^{1*}, Francisco Borges Milanez², Cleber Augusto do Nascimento ², Ronilson de Souza Luiz ³

RESUMO

Sendo a internet ferramenta de indubtvel valor nos dias modernos, o ser humano adaptou-se sua linguagem, velocidade e diferentes formas de interao, sendo de difcil acompanhamento pelas estruturas do direito, notadamente no que se refere responsabilidade civil. Dessa feita, parte-se da anlise histrica da internet e sua evoluo no Brasil, considerando grande lapso temporal, no qual nunca teve normatizao especfica, para analisar a sua interao com o direito e a responsabilidade civil. Partindo de tais pressupostos, estabelecem-se os conceitos de dano moral a partir de diversas doutrinas, bem como, em linhas gerais os critrios de quantificao do dano moral tradicional. Nessa linha, feita anlise geral de tais critrios luz do Marco Civil da Internet, novel instrumento de regulamentao dos princpios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, tendo por base as responsabilidades dos usurios e provedores de servios, no sentido que ambos sejam responsabilizados na medida de seus atos, lastreado em critrios de razoabilidade e proporcionalidade. Conclui-se, indo alm, que todos devem colaborar no sentido de que seja utilizada com moderao a liberdade transnacional promovida pela rede mundial de computadores.

Palavras-chave: Internet; Direito; Responsabilidade civil; Marco civil da internet

ABSTRACT

As the internet is a tool of undoubted value in modern days, human beings have adapted to their language, speed and different forms of interaction, being difficult to follow up by the structures of law, notably with regard to civil liability. This time, we start from the historical analysis of the internet and its evolution in Brazil, considering a long period of time, in which it never had specific regulation, to analyze its interaction with law and civil liability. Based on such assumptions, the concepts of moral damage are established from different doctrines, as well as, in general, the criteria for quantifying traditional moral damage. In this line, a general analysis of such criteria is made in the light of the Civil Rights Framework for the Internet, a novel instrument for regulating the principles, guarantees, rights and duties for the use of the Internet in Brazil, based on the responsibilities of users and service providers, in the sense that both are held

¹ Tribunal de Justia do Estado do Paran.

*E-mail: malconvix@gmail.com

² Ministrio Pblico do Estado de Gois.

accountable to the extent of their acts, based on criteria of reasonableness and proportionality. It is concluded, going further, that everyone should collaborate in the sense that the transnational freedom promoted by the world wide web is used sparingly.

Keywords: Internet; Right; Civil liability; Internet civil framework

“Os computadores são inúteis.

Eles só podem dar respostas..”

Pablo Picasso

INTRODUÇÃO

No campo do direito civil, um dos grandes temas é o da responsabilidade civil, previsto, nos artigos 185 e 927, do Código Civil, todavia o dever de indenizar, decorrente de ato ilícito ou até mesmo lícito dá-se, na maioria dos casos na compensação patrimonial pelo dano sofrido, sendo que uma dessas compensações é o dano moral.

Assim, em se tratando de dano moral a sociedade evoluiu a ponto de que para que o dano fosse praticado não precisaria que as pessoas estivessem próximas, tanto no sentido físico quanto no sentido jurídico, tendo em vista a desnecessidade de relação jurídica prévia para caracterização do dano moral, mas em virtude da evolução tecnológica, tem-se que o dano moral pode ocorrer por meio da Internet.

A internet³, criada no contexto bélico como Arpanet, para interligar, de modo descentralizado, computadores militares americanos passou a ser utilizada comercialmente nos Estados Unidos em 1987, sendo em tal período batizada com a denominação essa denominação, internet. No Brasil, chegou em meados da década de noventa, mais precisamente em 1995, por meio da Portaria nº 148, de 31 de maio de 1995, do Ministério das Comunicações.

Sob o aspecto técnico, esse fenômeno consiste, basicamente, na conexão entre protocolos, conhecido como IPs (internet protocols). Tal IP, é fundamental para que as investigações descubram, ou cheguem perto, do local de onde partiram certas postagens na rede.

³ O Marco Civil da internet – Lei nº 12.965/2014 – precisou, no art. 5º: “I – internet: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;”

Assim, indubitavelmente, esse meio de comunicação através de protocolos, a internet alterou a forma de relacionamento entre as pessoas e entre as empresas, pois malgrado alguns ainda sejam reticentes ao uso dessa tecnologia, ou até mesmo ao uso do computador, que atualmente são só apenas mais um modo de conexão, é fato inconteste que o cidadão para exercer os seus direitos relativos à cidadania, acaba ficando refém da internet, visto que quem não dominar os rudimentos da informática ficará marginalizado, sendo, inclusive, denominado de analfabeto digital.

Dessa forma, considerando a internet como fenômeno social transnacional, é fundamental é analisar e propor novos padrões e critérios para adequação ao dinamismo exigido pelo Direito Digital, principalmente no que tange a responsabilidade civil, que também é outro fenômeno social.

Com efeito, considerando, apenas a internet, que é mídia e veículo de comunicação com potencial altamente danoso, faz-se mister a revisitação de critérios para quantificação do dano moral praticado pelo meio virtual, onde os cidadãos usuários são identificados não por CPF, mas por IP e a localização das pessoas não é feita por território, mas domínio, um universo no qual o direito tem que se render e fazer as devidas adaptações para ser aplicado.

Isso, pois, com o fenômeno do dano moral, juntamente com o avanço dos meios tecnológicos, tal violação a um direito da personalidade passou a ser praticado também, com mais frequência, em meios digitais.

Nessa toada, a título de exemplo, as reclamações sobre as pessoas, sejam elas físicas ou jurídicas, são feitas por meio digital, o dano a ser praticado agora vai junto com uma imagem ou “anexo”, e para que tudo isso se concretize, basta um clique.

Com efeito, deve-se considerar que muito embora o atual Código Civil brasileiro seja recente, as possibilidades de danos a serem praticados por meio digital são muitas, desde crimes, como o uso de dados de cartões de crédito ou débito de forma indevida ou sem autorização, com até mesmo a invasão não autorizada para furtar informações confidenciais⁴, sendo que configurando ou não crime, a responsabilidade civil se faz necessária, se houver dano conectado em nexo causal à ação ou omissão de alguém.

⁴ A Lei nº 12.727, de novembro de 2012 – conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que teve seu computador invadido e fotos íntimas expostas –, alterou o Código Penal para tipificar criminalmente delitos informáticos. Passou a prever o tipo de invasão de dispositivo informático, nos seguintes dizeres: “Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de

Ofensas digitais são cada vez mais comuns, e o dever de indenizar, superado o problema de identificação dos ofensores, é evidente.

O Código Civil brasileiro, em seus artigos 12 e 186, muito embora reconheça o dano moral como ato ilícito, passível de reparação, porém sem especificar, ficando o operador do direito a questionar-se sobre quais os critérios que devem ser utilizados pelos magistrados para quantificar o dano moral praticado por meio eletrônico tendo por base a Lei nº 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, o marco civil da Internet?

Malgrado, possa haver uma incipiente discussão sobre o tema, de modo a aplicar a legislação vigente aos danos praticados por meio digital, faz-se mister adotar diferentes critérios de quantificação do dano moral, de modo que a tutela jurisdicional sobre o tema seja especializada, bem como, dura ao ponto de coibir novas práticas.

Destarte, o tema proposto possui o condão de romper o paradigma da analogia da aplicação analógica dos critérios de quantificação do dano moral praticados por meios eletrônicos da mesma forma que os praticados por meio físico. De modo a colocar reprimir e reparar de forma mais eficaz os danos praticados por meios eletrônicos.

O dano moral digital e sua compensação

O dano moral, na visão de Youssef Said Cahali⁵, é

tudo aquilo que molesta gravemente a alma humana, ferindo-lhe gravemente os valores fundamentais inerentes à sua personalidade ou reconhecidos pela sociedade em que está integrado, qualifica-se, em linha de princípio, como dano moral; não há como enumerá-los exhaustivamente, evidenciando-se na dor, na angústia, no sofrimento, na tristeza pela ausência de um ente querido falecido; no desprestígio, na desconsideração social, no descrédito à reputação, na humilhação pública, no devassamento da privacidade; no desequilíbrio da normalidade psíquica, nos traumatismos emocionais, na depressão ou no desgaste psicológico, nas situações de constrangimento moral.

segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita”.

⁵ CAHALI, Youssef Said. **Dano moral**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 20.

A corroborar, interessante mencionar Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosenvald e Felipe Peixoto Braga Netto⁶, na qual aduzem:

O dano moral pode ser conceituado como uma lesão a um interesse existencial concretamente merecedor de tutela. Para que esta definição possa ser bem compreendida, cabe um aprofundamento da própria noção de dignidade da pessoa humana. Para além de sua dimensão ontológica, há uma dimensão intersubjetiva da dignidade. Ao invés de situarmos o ser humano em sua esfera individual, devemos colocá-lo em situação básica de relação com os demais, no âmbito da pluralidade, das relações interpessoais marcadas pela recíproca consideração e respeito.

Sobre o aspecto da dignidade da pessoa humana, Ingo Wolfgang Sarlet⁷ afirma que:

(...) a dignidade, como categoria axiológica aberta, não pode ser conceituada de maneira fixista, tratando-se de conceito que reclama uma constante concretização pela práxis constitucional. Quer dizer, a busca de uma definição necessariamente aberta, mas minimamente objetiva (no sentido de concretizável), em face da exigência de certo grau de segurança e estabilidade jurídica, demanda uma definição para a dignidade da pessoa humana que alcance pleno sentido e operacionalidade apenas em face do caso concreto.

Do mesmo modo, valorizando a abordagem do caráter intersubjetivo do fenômeno da dignidade da pessoa humana, Anderson Schreiber⁸ afirma:

O juízo de merecimento de tutela, a cargo das cortes, somente pode derivar de uma análise concreta e dinâmica dos interesses contrapostos em cada conflito particular, que não resulte em aceitações gerais pretensamente válidas para todos os casos, mas que se limite a ponderar interesses à luz de circunstâncias peculiares. Passa-se simplesmente a definir, em cada caso concreto, o âmbito de prevalência dos diversos interesses contrapostos. Com isto, revela-se uma faceta do dano até então desprezada pela doutrina: a de funcionar como uma espécie de cláusula geral, que permite ao Poder Judiciário, em cada caso concreto, verificar se o interesse alegadamente violado consiste, à luz do ordenamento jurídico vigente, em um interesse digno de proteção, não apenas em abstrato, mas também, e sobretudo, face ao interesse que se lhe contrapõe.

⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. São Paulo: 2ed. Atlas, 2015, p. 264-265.

⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana. In: Dimensões da dignidade, p. 34-36.

⁸ SCHREIBER, Anderson. Novos paradigmas da responsabilidade civil. São Paulo: 2ed. Atlas, 2009, p. 138.

Aliado a isso, tem-se também que as empresas podem sofrer dano moral, em tal espécie consistente no abalo do seu bom nome no mercado, do seu crédito e da sua credibilidade.

Interessante mencionar que o prejuízo deve ser certo, não necessariamente sendo atual, podendo, inclusive, ser futuro, porém no momento do ajuizamento da ação deve ser possível ao menos, que seja susceptível de avaliação.

Todavia, quanto a isso, passa-se à situação tormentosa da fixação do dano moral, esta que, na regra geral, se dá forma do artigo 950, parágrafo único, bem como do artigo 953, parágrafo único, ambos do Código Civil de 2002, determinam que o magistrado recorra ao arbitramento, ou seja, nas palavras de Cavalieri Filho⁹: “cabe ao juiz, de acordo com o seu prudente arbítrio, atentando para a repercussão do dano e a possibilidade econômica do ofensor, estimar a quantia a título de reparação pelo dano moral”.

Dessa feita, salienta-se a análise do citado autor a respeito do tema, através da evolução histórica dos julgados sobre a causa:

(...) estou igualmente convencido de que, se o juiz não fixar com prudência e bom senso o dano moral, vamos torná-lo injusto e insuportável, o que, de resto, já vem ocorrendo em alguns países, comprometendo a imagem da Justiça.

Recordo-me dos primeiros julgados concedendo a reparação pelo dano moral. Falavam em uma compensação pela dor, pelo sofrimento, algo que pudesse substituir a tristeza pela alegria, como uma televisão, um aparelho de som (entre as classes mais humildes), uma viagem de férias (para pessoas mais abastadas). Hoje, tenho me surpreendido com sentenças que concedem quantias astronômicas, às vezes milhares de salários mínimos, a título de dano moral, sem qualquer critério científico, nem jurídico.

Creio que a fixação do quantum debeat da indenização, mormente tratando-se de lucro cessante e dano moral, deve o juiz ter em mente o princípio de que o dano pode ser fonte de lucro. A indenização, não há dúvida, deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia a maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano.

Creio, também, que este é outro ponto onde o princípio da lógica do razoável deve ser bússola norteadora do julgador. Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. (...)."

⁹ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Com efeito, não há no dano moral geral regra fixa acerca de sua quantificação, mas, tão-somente, critérios norteadores do magistrado para aplicação do valor compensatório.

Destaca-se, assim, que os referidos critérios não se encontram insculpidos no ordenamento jurídico pátrio, mas é resultado de construção doutrinária e jurisprudencial.

A título de exemplo tem-se: extensão do dano, possibilidade de reparação do dano, condição financeira do ofendido e ofensor, as condutas do ofendido e do ofensor, que são geralmente debatidos pela doutrina.

Todavia, considerando o contexto do dano moral praticado por meio eletrônico, este deve ter seus critérios avaliados sob outra ótica, no sentido de não somente ressarcir ou compensar o dano causado, mas na aplicação da indenização com o intuito de punir o ofensor que praticou o ato ilícito que resultou em ofensa aos direitos da personalidade da vítima.

Tal concepção assemelha-se a figura do punitive damages, que é o caráter punitivo do dano moral, desenhado pelo direito norte-americano.

Todavia, deve ser aplicada a tais critérios a importante Lei que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, o qual seja o Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014, que reconhece em seu artigo 2º que a disciplina do uso da internet tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais.

Ademais, apresenta como fundamentos do uso da internet a pluralidade, a diversidade, a abertura e a colaboração, a livre-iniciativa, a livre-concorrência, a defesa do consumidor e a finalidade social da rede.

Outrossim, é destacada a natureza participativa da rede, de modo que se contempla a possibilidade de responsabilização dos agentes de acordo com as suas atividades.

Nessa seara, a seção III da Lei do Marco Civil da internet trata da responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. Assim, estatui do artigo 18: “O provedor de conexão à internet não será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.”.

A par disso, deve se considerar que tal irresponsabilidade do provedor de serviços pode ser mitigada, tendo em vista que se trata de relação de consumo a exploração comercial da internet, sendo, na espécie, fornecimento de serviços. Até mesmo o fato de

o serviço prestado pelo provedor ser gratuito não desvirtua a relação de consumo, conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça (...).

Do mesmo modo, o artigo 19 do Marco Civil da internet estitui:

com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.

Portanto, os provedores de conteúdo, ao oferecer um serviço que permite que os usuários expressem livremente sua opinião, não são obrigados a filtrar os dados e imagens neles inseridos, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça¹⁰. Todavia, devem agir de imediato ao receberem comunicação a respeito de conteúdo ilícito ou ofensivo.

A título de exemplo, imaginemos que determinado site criado para resolver litígios de consumidores, sejam de produtos oferecidos por meio virtual ou físico, receba denúncia de conteúdo ilícito ou ofensivo. Uma vez comunicado, tem o prazo de 24 horas para retirar preventivamente a página, supostamente ofensiva, do ar.

No exemplo citado, caso o site não o faça, resposta solidariamente pelos danos. Depois da retirada, espera-se que o provedor analise se há ofensa e em caso negativo vislumbra-se, inclusive, a responsabilidade civil de quem denunciou a página¹¹.

Concluindo, o provedor de serviços de internet, só poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos de seu serviço e, dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como ofensivo.

Salienta-se, que dentro do aludido prazo, se o provedor tiver informações de contato do usuário diretamente responsável pelo conteúdo, deverá comunicar-lhe os motivos relativos à indisponibilização de conteúdo.

Por fim, ainda sobre o Marco Civil da Internet, Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves de Farias¹² realizam interessante abordagem sobre o tema:

¹⁰ STJ, REsp 1.192.208, Rel. Min. Nancy Andriighi, 3ª T., DJ 2.8.2012

¹¹ STJ, REsp 1.323.754, Rel. Min. Nancy Andriighi, DJ 19.6.2012

¹² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: 2ed. Atlas, 2015, p. 731.

Há, no Marco Civil da Internet, uma hipótese de responsabilidade civil subsidiária do provedor de aplicações. Ele será responsabilizado de modo subsidiário quando disponibilizar conteúdo gerado por terceiro e nessa disponibilização houver violação da intimidade – decorrente da divulgação, por exemplo, sem autorização de seus participantes, de imagens, de vídeos ou de outros materiais contendo cenas de nudez ou de atos sexuais de caráter privado. Porém, ainda nesse caso, apenas quando o provedor – na linha do que vinha sinalizando a jurisprudência brasileira –, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, deixar de promover, de forma diligente, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço, a indisponibilização desse conteúdo (art. 21).

A partir disso, considerando a problemática do presente artigo, a qual se procura responder, tem-se que se faz necessária evolução no sentido de aplicação do dano moral cometido por meio eletrônico não só do ofensor, ou seja, daquele que comete o ato ilícito mascarado por endereço de IP, como também é imperiosa análise da conduta do provedor de serviços para a expansão do ato.

Isso, pois, deve ser considerado que o provedor é, na maioria dos casos, meio propulsor do dano, devendo ser o primeiro a observar a conduta de seus usuários, evitando-se, assim, a escusa de que é impossível monitorar os dados inseridos pelos usuários, tendo em vista a quantidade.

Ora, muito embora o novo e festejado Marco Civil da Internet não tenha ainda sido abraçado pela comunidade virtual, deve ser analisado não só a partir do caráter repressivo dos danos à personalidade, mas também do caráter preventivo, tendo em vista que o crescimento vertiginoso da internet acarreta não somente aumento da capacidade econômica dos provedores, mas também do número de demandas judiciais sobre responsabilidade civil no referido meio.

Busca-se afirmar, que os provedores de acesso grandes beneficiários dos atos de seus usuários sejam lícitos ou não devem não só retirar os dados relativos aos danos praticados independentemente de solicitação do usuário, no intuito de equilibrar a velocidade de reparação do dano, através da tutela de remoção do ilícito, com a velocidade de realização do dano, efetivando-se assim, um sistema de tutela inibitória, tendo em vista que o usuário saberá que independentemente de requerimento judicial poderá ter seu comentário excluído instantaneamente.

Mais uma vez, cabe trazer à baila os ensinamentos dos professores Nelson Rosenvald, Cristiano Chaves de Farias e Felipe Peixoto Braga Netto¹³, sobre o dever de guarda dos servidores, a saber:

(...) Nesse contexto, outro aspecto relevante é seguinte: os provedores de conteúdo costumam, com frequência, alegar que: (a) não têm como identificar o suposto ofensor; ou (b) o suposto ofensor já teve seus dados excluídos do banco de dados do provedor, em virtude do cancelamento do serviço. Ambas as alegações devem ser repelidas e fazem parte dos riscos do negócio do provedor de conteúdo (os gerenciadores de fóruns de discussão virtual são espécie de provedores de conteúdo).

Tomemos um caso concreto. Determinada mensagem ofensiva foi enviada por usuário do serviço Yahoo Grupos. Tratava-se de um fórum de discussão formado por alunos e professores de certa faculdade. A mensagem agredia alunos de baixa renda beneficiados por bolsas de estudo. A faculdade, preocupada com a repercussão do caso, ingressou judicialmente contra o Yahoo, solicitando que o responsável pela mensagem fosse identificado. O Yahoo, porém, alegou que não tinha obrigação legal de manter os dados, que aliás já tinham sido excluídos de seus registros pelo cancelamento do serviço. Trata-se de alegação vazia de sentido jurídico. Mesmo com a conta cancelada o provedor tem obrigação de identificar o ofensor, e tem (ou deve ter) meios técnicos de fazê-lo. Os gerenciadores de fóruns de discussão virtual são, conforme ponderamos, espécie de provedores de conteúdo. Cabe-lhes garantir o sigilo e a segurança dos usuários.

Com efeito, os critérios de quantificação, no âmbito virtual, devem levar em conta não somente a regra geral composta pela extensão do dano, razoabilidade e proporcionalidade. Mas também a punição do infrator no sentido de que não pratique o ato ilícito novamente, tendo em vista que com isso ele abusa da sua liberdade no meio virtual.

Devem-se dissociar os parâmetros aplicados na quantificação do dano moral praticado pessoalmente, ou melhor, daquele praticado fisicamente, do ato ilícito praticado pelo meio virtual, com a necessária observância, pelos provedores de serviço, de modo geral da guarda do conteúdo, mesmo após a retirada, independentemente de solicitação judicial, como meio de tentar minimizar as ofensas praticadas, bem como de se exculpar em eventual ação judicial proposta, tendo em vista que as vítimas quando não

¹³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: 2ed. Atlas, 2015, p. 724-725.

identificação o causador do dano ingressam com a demanda em face do provedor de serviços.

Dessa feita, a análise dos critérios de quantificação do dano moral deve observar, por excelência, que o homem, muito embora tenha forte grau de dependência com o computador e a internet, não se desnatura de seu caráter humano ao cometer ato ilícito pela rede mundial de computadores. Pelo contrário utiliza-se da mais poderosa arma existente para cometer seu dano, que pode até assumir caráter transnacional.

Não é por conta da liberdade concedida pela internet que o seu usuário vai utilizá-la como meio de danificar a personalidade de outrem, inclusive de empresas. Dessa feita, a razoabilidade, regra geral de quantificação do dano deve ser reforçada ao caráter internacional e veloz da internet na quantificação do dano, sendo atualmente as redes sociais mecanismos utilizados dolosamente para cometimento desses ilícitos em virtude de sua rápida propagação.

Considerações Finais

O Direito e a internet são temas que quando coligados, pelo menos no ordenamento jurídico pátrio, caminham em diferentes velocidades, sendo o Marco Civil da Internet louvável instrumento no sentido de agilizar a resposta do direito à alta velocidade da internet, tendo em vista que é o primeiro e grande passo para que o Direito possa harmonizar-se com a internet no sentido de fornecer ao cidadão resposta jurídicas sólidas sobre fatos ocorridos no meio virtual.

Assim, no campo da responsabilidade civil, havia até então resposta que embora elaboradas no sentido de proporcionar a reparação de direitos individuais, em razão das peculiaridades da internet colocam em risco as garantias constitucionais de privacidade e liberdade de expressão de toda a sociedade.

Dessa forma, o Marco Civil da Internet propiciou melhor embasamento jurídico às discussões relacionadas ao dever de reparar danos ocorridos no meio digital, o que no campo da responsabilidade civil gerou a necessidade de revisitação de alguns aspectos, em especial, objeto do presente trabalho, nos critérios de quantificação do dano moral, tema muito controverso na doutrina e jurisprudência pátrias.

Com efeito, direciona-se no sentido de que com a mudança das características sociais dos indivíduos, sendo suas relações regidas, principalmente por meio virtual, cabe

considerar que os ilícitos devem ser quantificados me através de critérios mais rígidos do que nas relações interpessoais tradicionais.

Já no que tange ao provedor de acesso, este deve ser responsabilizado não apenas no caso de deixar de excluir ou bloquear as imagens ou informações ofensivas, depois de transcorrido certo prazo desde a notificação da vítima, mas também deve ser estimulado a colaborar armazenando dados e a promover política de privacidade que englobe a tutela inibitória do dano, ou seja, a adotar medidas que levem a reprimir preventivamente a ocorrência de violações à personalidade de outrem através dos seus serviços.

REFERÊNCIAS

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

CASTRO, Carla Rodrigues Araújo de. **Crimes de Informática e seus aspectos processuais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FACHETTI, Gilberto Silvestre. **Crériterios para reparação do dano moral**. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8430/criterios-para-reparacao-do-dano-moral>>. Acesso em: 10 jul. 2022.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: 2.ed. Atlas, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível**. In: *Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional*. Coord. Ingo Wolfgang Sarlet. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil: Erosão dos Filtros de Reparação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Recebido em: 21/08/2022

Aprovado em: 23/09/2022

Publicado em: 29/09/2022